

O ACESSO DA POPULAÇÃO TRANSGÊNERO AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE BRASILEIRO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

TRANSGENER PEOPLE'S ACCESS AND ITS CHALLENGES IN PRIMARY HEALTH CARE: AN INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

Ana Luiza Nepomuceno Sampaio¹
Ana Lucy Peixoto Rabelo²
Alice Jacomini Barcos³
Caroline Hipólito Pires⁴
Álvaro Ferreira Tavares Neto⁵
Patrícia Regina Bastos Neder⁶

Resumo: as necessidades da população transgênero diferem dos indivíduos cis, visto que esse grupo possui suas singularidades, entretanto, a qualidade de acesso aos serviços de saúde é incerta. Este trabalho analisa a qualidade de acesso da população transgênero ao Sistema Único de Saúde brasileiro na Atenção Primária. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura que utilizou a estratégia PICO para a elaboração da pergunta norteadora "De que maneira ocorre o acesso da população transgênero ao Sistema Único de Saúde brasileiro na perspectiva da Atenção Primária?". A busca foi realizada nas seguintes plataformas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e US National Library of Medicine (PubMed) por intermédio das palavras-chave "(Transgênero) AND (Saúde)" obtidas pela plataforma Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH). Após aplicar os critérios de inclusão, foram selecionados 21 artigos, dos quais emergiu o tema de "Acesso da população transgênero e seus desafios na Atenção Primária à Saúde". Encontrou-se que as dificuldades enfrentadas pela população transgênero estão significativamente relacionadas à invisibilização de sua identidade, à normalização de práticas preconceituosas, à postura adotada por profissionais de saúde das unidades básicas de saúde e à violência vivenciada por essa comunidade, o que evidencia a realidade de acesso aos serviços para essa população, pois seus integrantes recebem menos assistência à saúde em relação à média populacional e se afastam de seus direitos, refletindo esse panorama de desigualdade. O estudo e a revisão de outras pesquisas que serviram como base reforçam a necessidade de mudanças no cenário de condutas e práticas da saúde, como meio de elucidar a forma na qual a comunidade em destaque é tratada na busca pelo bem-estar.

Palavras-chave: direitos humanos; pessoas transgênero; saúde; atenção primária.

Abstract: transgender population's needs differ from cis individuals, as this group has its singularities, however, the quality of access to health services is uncertain. This paper analyzes the quality of access of the transgender population to the Brazil's Unified Health System in Primary Care. A integrative review was conducted using the PICO strategy to elaborate the guiding question "How does it happen the transgender population's access to the Unified Health System in Primary Care?". The search was carried out on the following platforms: Virtual Health Library (BVS) and US National Library of Medicine (PubMed). Furthermore, to obtain the keywords "(Transgender) AND (Health)", the platform Medical Subject Heading (DeCS/MeSH) was used. After applying the inclusion criteria, 21 articles were selected, from which emerged the theme: "Transgender people's access and its challenges in Primary Health Care". Studies reported that the difficulties faced by the transgender population are significantly related to the invisibility of their identity, the normalization of prejudicial practices, the posture adopted by health professionals from basic health units and the violence experienced by this community, which highlights the reality access to services for this population, as its members receive less health care in comparison to the average population and keep away from their

¹ Estudante do curso de medicina da Universidade do Estado do Pará e, atualmente, cursando o 2º semestre.

² Estudante do curso de medicina da Universidade do Estado do Pará e, atualmente, cursando o 2º semestre.

³ Estudante do curso de medicina da Universidade do Estado do Pará e, atualmente, cursando o 2º semestre.

⁴ Estudante do curso de medicina da Universidade do Estado do Pará e, atualmente, cursando o 2º semestre.

⁵ Estudante do curso de medicina da Universidade do Estado do Pará e, atualmente, cursando o 2º semestre.

⁶ Psicóloga Clínica pela Universidade Federal do Pará. Professora Adjunta da Universidade do Estado do Pará, no curso de medicina.

rights, reflecting this panorama of inequality. The study and the review of others researchers that served as a basis reinforce the need for changes in the scenario of health conduct and practice, as a way to elucidate the manner that the community in emphasis is treated on the search for well-being.

Keywords: human rights; transgender people; health; primary care.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, dentro do contexto de lutas sociais, os direitos básicos são conquistados em maior amplitude em 1988, com a promulgação da “Constituição Cidadã”, que definiu em seu artigo 196 o Sistema Único de Saúde (SUS) – universal, equânime e integral. Além de assegurar de que todos são iguais em dignidade e direitos, garante, também, um atendimento que respeita as especificidades de gênero, etnia, geração, orientação e práticas afetivas e sexuais do cidadão.

Na perspectiva do já mencionado princípio de equidade, o qual evidencia as particularidades de grupos sociais distintos, com necessidades de saúde individualizadas, que por sua vez, demandam ações governamentais também diferenciadas, surgem políticas mais inclusivas, como é o caso da Política Nacional de Saúde LGBT, que visa reduzir a desigualdade, viabilizar e otimizar o acesso à saúde de qualidade desse grupo social (PRATES, 2019; PRADO; SOUSA, 2017; BRASIL, 2013).

Nesse contexto, é importante enfatizar que as necessidades no âmbito da saúde da população LGBTQIA+ diferem dos indivíduos heterossexuais e cis, visto que esse grupo possui suas singularidades, principalmente no que tange sua marginalização, ainda mais se pertencerem a outros grupos de ampla vulnerabilidade social. Não obstante, vale ressaltar os altos índices de depressão e suicídios, atrelados a violência física e verbal a qual essa comunidade está submetida, contrastam com a realidade de acesso dessa população, visto que seus membros usufruem menos os serviços de saúde comparado à média populacional, denotando desigualdades históricas (TORRES, 2021).

Sob essa ótica, dentro da comunidade LGBTQIA+, as pessoas transgênero são as que mais sofrem atos de violência, sendo o Brasil o país onde mais ocorrem homicídios de pessoas transexuais no mundo. E, na saúde, faz-se necessária a implantação de políticas que visem minimizar o estigma associado a essa parcela da população (POPADIUK; OLIVEIRA; SIGNORELLI, 2017).

Dessa forma, este estudo propõe uma análise dos artigos voltados ao acesso a esse sistema por essa camada populacional, buscando suprimir questões sobre a efetividade e abrangência desse processo. Busca-se, então, gerar uma reflexão sobre os temas referentes às barreiras ao acesso à serviços de saúde que esse grupo historicamente marginalizado ainda sofre. Portanto, sua relevância social como um instrumento de resistência é notória, pois denota as contradições presentes no atual cenário político-social brasileiro, o qual negligência o artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Cidadã, visto que a realidade hodierna difere do proposto em suas teorias.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO PRIMÁRIO

Analisar a qualidade de acesso da população transgênero ao Sistema Único de Saúde na Atenção Primária.

2.2 OBJETIVOS SECUNDÁRIOS

Identificar as dificuldades mais prevalentes ao acesso da população transgênero no Sistema Único de Saúde no âmbito da Atenção Primária brasileira.

Analisar as principais causas das dificuldades encontradas ao acesso transgênero no Sistema Único de Saúde no âmbito da Atenção Primária brasileira.

3 METODOLOGIA

Foi realizado um estudo de revisão integrativa de literatura. A questão norteadora do trabalho foi elaborada seguindo a estratégia PICO, sendo essa questão: “De que maneira ocorre o acesso da população transgênero ao Sistema Único de Saúde na perspectiva da Atenção Primária?” (SANTOS, 2007).

As pesquisas foram efetuadas nas seguintes plataformas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e US National Library of Medicine (PUBMED). Além disso, para a obtenção dos descritores, foi utilizada a plataforma de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH).

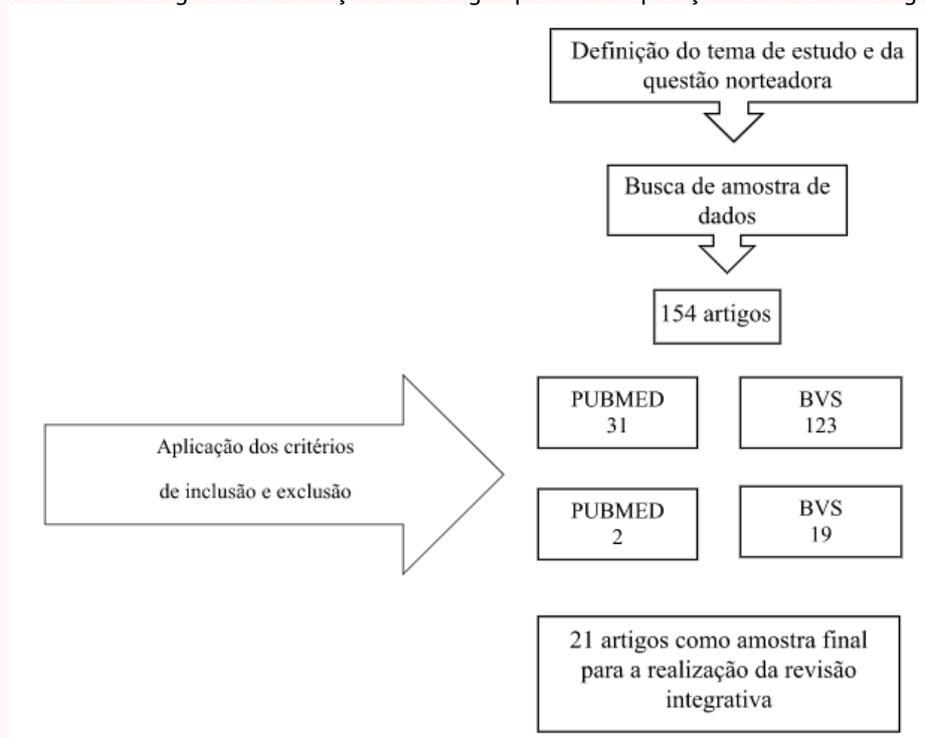
Os artigos selecionados estão compreendidos no período de publicação de 2017 a 2022, com exceção da Cartilha LGBT do Ministério da Saúde de 2013, a qual representa um marco para a comunidade em questão.

Os estudos analisados estão escritos na língua portuguesa ou inglesa e contemplam todas as palavras-chave em seu corpo textual. Além disso, foram desconsiderados desta pesquisa os artigos que não tratassem sobre o acesso da comunidade transgênero ao sistema de saúde. Essa seleção se deu em três etapas, sendo elas: a leitura dos títulos, a leitura dos resumos e a leitura completa dos artigos, respectivamente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, foram encontrados 154 artigos, sendo que após a leitura foram incluídos 21 artigos que atenderam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos e assim distribuídos nas bases de dados selecionadas, conforme evidenciado na figura 1.

FIGURA 1 – Fluxograma de seleção dos artigos para a composição da revisão integrativa



Fonte: Autores (2022).

Com relação aos artigos analisados, foram obtidos: 1 pesquisa qualitativa-quantitativa (4.76%), 5 revisões de literatura (23.80%), 14 pesquisas qualitativas (66.66%) e 1 pesquisa quantitativa (4.76%), totalizando 99.98%, com uma margem de erro de 0.02%. Dentre a única pesquisa qualitativa-quantitativa encontrada, 1 era pesquisa exploratória. Dentre as 5 revisões de literatura encontradas, destas: 2 eram integrativas, 2 eram narrativas e 1 era sistemática. Dentre as 14 pesquisas qualitativas, destas: 1 era etnográfica, 1 era editorial, 1 era relato de experiência, 1 era revisão bibliográfica, 2 eram descritivas e 8 eram entrevistas. Por fim, dentre a única pesquisa quantitativa encontrada, 1 era pesquisa experimental.

Quanto aos temas abordados, tanto os artigos achados no PUBMED quanto os encontrados na BVS tratam de problemas de acesso pela população trans relacionados a invisibilidade da sua identidade, explicitando a transfobia.

Nesse sentido, o estudo evidenciou, dentro da literatura, como dificuldade de acesso, principalmente, o não reconhecimento da pessoa transexual como cidadã de direitos, o que gera relações conflituosas entre usuários e profissionais e/ou usuários e instituições de saúde.

O estudo “E21”, teve como método adotado entrevistas individuais semiestruturadas com nove mulheres trans/travestis sobre saúde descreveu, por parte delas, que a discriminação derivada da condição de mulher trans/travesti parece não impossibilitar o seu

acesso aos serviços, pois a dificuldade que encontraram é a mesma que a de outras pessoas: filas e agendamento.

Nesse âmbito, cabe salientar o conceito de violência simbólica, que, segundo Bourdieu (2016), seria uma “violência suave, insensível, invisível as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou, em última instância, do sentimento (...)” (BOURDIEU, 2016, p. 12).

Atrelando a fala do sociólogo ao vivenciado no estudo, pode-se inferir que um possível motivo para as participantes da entrevista não relatarem dificuldade de acesso seja a normalização de práticas preconceituosas, visto que essas podem não ser analisadas criticamente durante o cotidiano. Tal afirmação é sustentada pela fala das próprias mulheres trans/travestis durante o diálogo, visto que foram relatados casos de desrespeito ao nome social durante o atendimento. Portanto, a transfobia foi observada, sendo a variável presente na análise decorrente de aspectos subjetivos e pessoais.

Percebeu-se que os problemas de saúde estão relacionados com a postura adotada pelos profissionais de saúde no atendimento na Unidade Básica de Saúde, desde o acolhimento até a falta de conhecimento de manejo. Nesse sentido, 11 literaturas apontaram o uso do nome social, o qual surge como ferramenta para o vínculo profissional-paciente, pois influencia fortemente a permanência do usuário no serviço à saúde. Sendo assim, a falta do uso do nome social no momento do atendimento gera constrangimento à pessoa, causando desconforto no momento de busca ao acesso à saúde.

Quanto à falta de manejo, houve divergências no que tange a necessidade de capacitação profissional, o artigo “E18” debate acerca da urgência da adequação de todos os profissionais de saúde à população transgênero, alegando que a existência de “especialistas” nessa comunidade gera uma rede discursiva estreita e patologizante. Todavia, o estudo “E17” demonstra uma discordância entre as pessoas LGBTQIA+ quanto à importância do surgimento de serviços específicos, tendo em vista que, por mais que aproximadamente 60% dos entrevistados tenham alegado que esses sistemas proporcionam mais marginalização, 40% afirmaram que esses serviços específicos melhorariam sua qualidade.

É importante ressaltar, ainda, que o estudo “E12” discorre sobre a vulnerabilidade de mulheres trans para o não tratamento da infecção por HIV por conta da dificuldade de acesso aos serviços de saúde ou pela vivência direta do preconceito dentro desse ambiente. Dessa forma, evitam tais serviços devido à expectativa de violência, como é exposto no estudo de Costa et al. (2018), realizado com pessoas trans. Nessa amostra, 6,5% dos respondentes disseram que evitavam a testagem de HIV por terem medo de vivenciar preconceito ou discriminação.

Percebeu-se também, nesta revisão integrativa, que 4 artigos tratam de condutas

arriscadas adotadas pelas pessoas trans por conta do desamparo da saúde pública. Todos apresentam relatos de práticas de autocuidado e automedicação, principalmente no que tange à hormonioterapia, assim como a exposição a diversos riscos em práticas de manipulação do corpo, entre eles a utilização de clínicas clandestinas citadas no artigo “E17”. Esse cenário se manifesta em decorrência da falta de profissionais qualificados, do estigma e da acessibilidade à saúde.

Os artigos incluídos, além de se preocuparem com as questões dos entraves, debatem acerca da importância de políticas públicas e recursos destinados a esse setor.

O estudo “E6” relata que diretrizes nesse campo legitimam a necessidade de atenção à saúde transgênero, fato esse sustentado por demais trabalhos referidos, os quais afirmam que, por mais que estratégias como o Processo Transexualizador demonstrem avanços na inclusão das pessoas transgêneros ao SUS, medidas mais abrangentes e efetivas são necessárias para garantir a universalidade e equidade do acesso.

No quadro apresentado a seguir, pode-se verificar os artigos selecionados para este estudo, apresentando a base de dados onde o artigo foi publicado, os títulos dos artigos, os autores, o ano de publicação, o local da pesquisa por regiões e os resultados gerais das pesquisas.

QUADRO 1 – Distribuição dos estudos segundo local de pesquisa, título dos artigos, autores, ano de publicação, base de dados, tipo de estudo e resultados da pesquisa

	Local	Título	Autores	Ano de publicação e base de dados	Estudo e Resultados
E1	Região Sudeste	Saúde e direitos da população trans.	Monteiro, Brigeiro e Barbosa.	2019 PUBMED	Pesquisa qualitativa (editorial). A população transgênero enfrenta desafios em relação à prevenção e cuidado, além da escassez de recursos financeiros repassados ao SUS para suprir as suas demandas.
E2	Região Sul	A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios.	Popadiuk, Oliveira e Signorelli.	2017 PUBMED	Pesquisa exploratória quantitativa e qualitativa. O acesso aos serviços de saúde de pessoas transgêneros está relacionado a fatores nos âmbitos individual, social e programático que aumentam ou diminuem a vulnerabilidade dessas pessoas ao adoecimento.
E3	Região Sudeste	Considerações sobre o atendimento aos indivíduos transgêneros.	Spizzirri, Ankier e Abdo.	2017 BVS	Revisão de literatura (narrativa). A inclusão de disciplinas nos currículos de graduação e programas de educação continuada, implementação de equipes multidisciplinares e abordagem positiva melhoram o nível de satisfação da comunidade transgênero.

E4	Região Sudeste	Saúde integral à população LGBT e hormonioterapia para travestis e transexuais: uma experiência inovadora na região central do município de São Paulo.	Amador e Gargantini	2017 BVS	Pesquisa qualitativa (relato de experiência). Foram feitas algumas intervenções no processo de trabalho de profissionais da saúde por intermédio da conscientização das leis e dos direitos da população <u>LGBTQIA+</u> que potencializaram o acolhimento dos usuários.
E5	Região Sudeste	O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa.	Pereira e Chazan.	2019 BVS	Revisão de literatura (integrativa). O acesso à Atenção Primária à Saúde por parte da população trans encontra barreiras multidimensionais. Há entraves políticos, socioeconômicos, organizacionais, técnicos e simbólicos, porém as barreiras técnicas são as mais impactantes ao acesso.
E6	Região Sul	Desenvolvimento de um guia rápido para prática de atenção à saúde da população transgênero.	Silva e Schons.	2019 BVS	Revisão sistemática (revisão rápida e clínica). Apesar da falta de evidência de qualidade e estudos voltados para a população específica, a existência de diretrizes nesse campo legitima a necessidade de atenção à saúde transgênero, pois auxilia profissionais e formuladores de políticas sobre como atender a essas necessidades.
E7	Região Sudeste	A pessoa trans e o seu acesso aos serviços públicos de saúde no Brasil: o que têm a dizer os recentes estudos sobre o tema?	Faria.	2019 BVS	Pesquisa qualitativa (revisão bibliográfica). Pessoas trans experimentam condutas hostis e violência nos serviços de saúde, os quais passam a ser vistos como reprodutores do preconceito e da discriminação originados na sociedade.
E8	Região Sudeste	Caminhos percorridos por transexuais: em busca pela transição de gênero.	Hanauer e Hemmi.	2019 BVS	Pesquisa qualitativa (entrevista). O despreparo dos serviços de saúde impacta a vida dos transexuais, principalmente em relação às modificações corporais. Há busca e submissão a diversas formas arriscadas para realizar os procedimentos de modificações corporais.
E9	Região Sudeste	Percepções de usuários transexuais sobre o cuidado na estratégia de saúde da família: o desafio do reconhecimento e do rompimento da invisibilidade.	Gomes.	2019 BVS	Pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória. Há um processo de invisibilidade e de não reconhecimento de transexuais como cidadãos de direitos ao acesso à saúde. Esses não percebem o médico e outros profissionais de saúde aptos a auxiliá-los em suas demandas.
E10	Região Sul	Travestis e transexuais: despindo as percepções acerca do acesso e assistência em saúde.	Levison <i>et al.</i>	2019 BVS	Pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória. O atendimento discriminatório e as condutas constrangedoras estão entre as principais causas das travestis e transexuais se afastarem dos serviços de saúde, se automedicarem e não adotarem cuidados preventivos.

E11	Região Sul	Itinerários terapêuticos de homens trans em transição de gênero.	Mattos e Zambened etti.	2021 BVS	Pesquisa qualitativa (entrevista). Mostra o acesso à saúde sob um viés patologizante, a falta de serviços disponíveis e a ausência de profissionais que atendam integralmente a população trans.
E12	Região Sul	Atribuições de Causalidade pela Infecção por HIV.	Azevedo <i>et al.</i>	2020 BVS	Pesquisa quantitativa (estudo experimental). Atribuições e reações exageradas impactam o acesso à saúde de pessoas trans devido a processos sutis de exclusão e discriminação, o que pode fazer com que essas pessoas sintam que estão em ambiente de estigma e preconceito.
E13	Não identifica do	Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa.	Rocon <i>et al.</i>	2020 BVS	Revisão de literatura (integrativa). A discriminação e a patologização da transexualidade como desafios ao acesso à saúde pela população trans, o que repercute no abandono de tratamentos e na perda da autonomia sob o próprio corpo.
E14	Região Sul	(Re)escrevendo roteiros (in)visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde.	Oliveira e Romanini.	2020 BVS	Pesquisa qualitativa (entrevista). A restrição da autonomia e liberdade da pessoa trans pela patologização da transexualidade e distância entre o conhecimento acadêmico e as necessidades reais vivenciadas por elas.
E15	Região Sudeste	“Pra mim, foi assim: homossexual, travesti e, hoje em dia, trans”: performatividade trans, família e cuidado em saúde.	Paulino <i>et al.</i>	2020 BVS	Pesquisa qualitativa (pesquisa etnográfica). Pessoas trans buscam performar uma identidade que lhes garanta o cuidado, configurando um lócus de abandono e sofrimento dentro dos serviços do SUS.
E16	Região Sul	A (in)visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: Em pauta as experiências de integrantes da comunidade LGBTQIA +	Shihaded, Pessoa e Silva	2021 BVS	Pesquisa qualitativa (entrevista). Fatores como o despreparo profissional, a ausência da prática de medicina humanizada e a presença da cisnormatividade geram afastamento dos sistemas de saúde, levando o indivíduo a recorrer à automedicação e a serviços clandestinos.
E17	Região Norte	Transfobia velada: sentimentos produzidos por enfermeiros (as) sobre o acolhimento de travestis e transexuais.	Reis <i>et al.</i>	2021 BVS	Pesquisa qualitativa (entrevista). Dilemas no que tange a capacitação dos profissionais de saúde para o cuidado da população transgênero, demonstrando a prevalência do modelo biomédico e a ausência de conhecimento acerca da transgeneridade tanto no âmbito acadêmico quanto na prática médica.

E18	Região Sudeste	Psicologia e Políticas de Saúde da população trans: Encruzilhadas, disputas e porosidades	Vieira <i>et al.</i>	2019 BVS	Revisão narrativa (artigo de revista). Há um “desacolhimento” nos sistemas de saúde, gerado pelo ideal de cisgeneridade como padrão adequado e o conseqüente apagamento dos corpos e vivências transgêneros. Tais fatos dificultam o acesso ao sistema e a permanência no tratamento.
E19	Região Centro-Oeste	O direito à saúde de pessoas trans no Distrito Federal: entre o direito de existir e o direito à equidade.	Oliveira, Silva e Souza.	2019 BVS	Pesquisa qualitativa (entrevista). Expõe uma discussão acerca das lutas da população trans pelo direito de existir, pela equidade aos serviços da saúde pública e pela participação popular para a implementação do ambulatório trans no contexto do SUS.
E20	Região Centro-Oeste	Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina.	Braz <i>et al.</i>	2019 BVS	Pesquisa qualitativa (entrevista). Observou-se que o acesso a esses serviços é mais dificultado no Brasil, por causa do longo tempo de espera, da recusa de profissionais da saúde para o atendimento e da transfobia, fazendo com que ocorra a hormonioterapia sem o acompanhamento especializado.
E21	Região Sudeste	Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões	Monteiro e Brigeiro.	2019 BVS	Pesquisa qualitativa (entrevista). Os achados do estudo sugerem que os serviços de saúde vêm se consolidando como uma instância legítima para o acesso de pessoas trans/travestis aos procedimentos para a transição de gênero. Todavia, sua efetivação depende de melhorias no funcionamento do SUS.

Fonte: Autores (2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, os resultados obtidos ratificam a importância do tema. Ainda que tenha sido encontrada uma quantidade considerável de estudos voltados para a população trans nos últimos anos, poucos têm seu enfoque na atenção primária, o que indica que ainda há muito a se investir na produção de conhecimento, sobretudo no Brasil, onde a APS funciona como porta de entrada do SUS.

Notou-se, também, que uma parte majoritária dos artigos envolvendo a população trans tem como objeto a cirurgia de redesignação sexual ou a vulnerabilidade às Infecções Sexualmente Transmissíveis, limitando o conceito de “saúde” dessa população somente a esses aspectos, o que, conseqüentemente, negligencia o cuidado integral preconizado pelas diretrizes do SUS e políticas públicas de cuidados.

Ademais, observou-se que, mesmo com avanços nesse cenário, a população transgênero não usufrui de um acesso de qualidade ao sistema de saúde na Atenção Primária à Saúde, visto que há entraves expressivos e recorrentes que dificultam a efetivação desse direito. Entre eles, cabe salientar a transfobia velada, o despreparo do profissional e a ausência de prática humanizada. Tais fatos prejudicam tanto o ingresso quanto a permanência desses indivíduos nos tratamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADOR, S. M.; GARGANTINI, E. N. Saúde integral à população LGBT e hormonioterapia para travestis e transexuais: uma experiência inovadora na região central do município de São Paulo. *In: CONGRESSO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO*, 31., 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Bis. Bol. Inst. Saúde, p. 1-2, 2017.

AZEVEDO, F. M. et al. Atribuições de Causalidade pela Infecção por HIV. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 20, n. 3, p. 751–769, 2020.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: 1. ed., 1. reimp, Ministério da Saúde, 2013.

BRAZ, C. Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 4, 2019.

COSTA, A. B. et al. HIV-Related Healthcare Needs and Access Barriers for Brazilian Transgender and Gender Diverse People. **AIDS and Behavior**, v. 22, n. 8, p. 2534–2542, 3 jan. 2018.

FARIA, I. M. D. A pessoa trans e o seu acesso aos serviços públicos de saúde no Brasil: o que têm a dizer os recentes estudos sobre o tema? **Programa De Aprimoramento Profissional**, 2019.

GOMES, D. F. **Percepções de usuários transexuais sobre o cuidado na estratégia de saúde da família**: o desafio do reconhecimento e do rompimento da invisibilidade. 2019. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Cuidado em Saúde) - Pós-Graduação em Enfermagem, Escola de Enfermagem Aurora Afonso da Costa – EEAAC, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

GOMES, S.V; NORO, L. R. A. Competency for the health care of lesbians, gays, bisexuals, and transgenders: development and validation of an assessment instrument. **Saúde e Sociedade**, [S. l.], v.30, n.4, set./2021.

HANAUER, O. F. D; HEMMI, A.P.A. Caminhos percorridos por transexuais: em busca pela transição de gênero. **Saúde debate**, v.43 (spe8), 2020.

LOVISON, R. et al. Travestis e transexuais: despindo as percepções acerca do acesso e assistência em saúde. **Enfermagem em Foco**, v. 10, n. 5, 2019.

MATTOS, M. H.; ZAMBENEDETTI, G. Itinerários terapêuticos de homens trans em transição de gênero. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, 2021.

MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M. Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 4, 2019.

MONTEIRO, S.; BRIGEIRO, M.; BARBOSA, R. M. Saúde e direitos da população trans. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 4, 2019.

OLIVEIRA B. P; SILVA M. A. S; SOUZA M. S. O direito à saúde de pessoas trans* no Distrito Federal: entre o direito de existir e o direito à equidade. **Cad. Ibero-amer. Dir. Sanit.**, v.8, n.1, p 1-163, 2019.

OLIVEIRA, I.; ROMANINI, M. (Re)escrevendo roteiros (in)visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 1, 2020.

PAULINO, D. B.; MACHIN, R.; PASTOR-VALERO, M. “Pra mim, foi assim: homossexual, travesti e, hoje em dia, trans”: performatividade trans, família e cuidado em saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 4, 2020.

PEREIRA, L. B. C; CHAZAN, A. C. S. O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 14, n. 41, p. 1795, 2019.

POPADIUK, G.; OLIVEIRA, D.; SIGNORELLI, M. A Política Nacional de Saúde. [s.d.]. PRADO, AJ; SOUSA, M. F. Políticas Públicas e a saúde da população LGBT: uma revisão integrativa. **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, v. 11, n. 1, p. 69-80, nov. 2017.

PRATES, A. O que o SUS tem a ver com a Declaração Universal dos Direitos Humanos? **Humanista** 2019. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/humanista/2019/12/11/o-que-o-sus-tem-a-ver-com-a-declaracao-universal-dos-direitos-humanos/>. Acesso em: 26 jul. 2022.

REIS, P. S. O. *et al.* Veiled transphobia: nurses-created meanings vis-à-vis the user embracement of transvestites and transgenders. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, p. 80–85, 2021.

ROCON, P. C. *et al.* Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 1, 2020.

ROCON, P. C. *et al.* Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2517–2526, 2016.

SANTOS, C. M. C; PIMENTA, C. A. M; NOBRE, M. R. C. A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. v.15, n.3, jun. 2007.

SHIHADDEH, N. A.; PESSOA, E. M.; DA SILVA, F. F. A (in) visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: em pauta as experiências de integrantes da comunidade LGBTQIA+. **Barbarói**, n. 58, p. 172–194, 2021.

SOUZA, D.; IRIART, J. “Viver dignamente”: necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 10, 11 out./2018.

SPIZZIRRI G; ANKIER C; ABDO C. H. N. Considerações sobre o atendimento aos indivíduos transgêneros. **Diagn Tratamento**. v.22, n.4, p. 176-9, 2017.

TORRES, J. L. *et al.* The Brazilian LGBT+ Health Survey: methodology and descriptive results. **Caderno de Saúde Pública**. v. 37, n.9, out. /2021.

VIEIRA, E. S. *et al.* Psicologia e Políticas de Saúde da População Trans: Encruzilhadas, Disputas e Porosidades. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe3, 2019.

Recebido em 14/05/2022

Aceito em 08/06/2022